



BIOGRAFIA DA DEPUTADA CHIQUINHA RODRIGUES:
ENTREVISTA COM ELIANA GARCIA, AUTORA DE TESE
A RESPEITO DA DEPUTADA

Informativo da Divisão de

Acervo Histórico

ano II – nº 8 – agosto/setembro de 2016

Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo



A REPERCUSSÃO NA TRIBUNA DA ALESP
DOS JOGOS PAN-AMERICANOS DE 1963

EDITORIAL

Um dos acontecimentos mais marcantes de 2016 foi a realização das Olimpíadas em nosso país. Em 1963 sediamos outro evento esportivo internacional: os Jogos Pan-americanos, daquela vez na cidade de São Paulo. A seção **Na Tribuna** mostrará aos leitores como foi a repercussão dos preparativos, das obras necessárias, dos bastidores dos Jogos Pan-americanos entre os deputados, na tribuna da Assembleia Legislativa.

Na seção **Compromisso com a Memória**, continuamos traçando biografias de deputadas mulheres que atuaram entre os anos 1930 e a Constituição de 1988. Nesta edição, trouxemos a trajetória política de *Francisca Pereira Rodrigues*, professora, escritora, conferencista, deputada por duas vezes – a primeira na década de 1930 e a segunda na década de 1950. Chiquinha Rodrigues foi, inclusive, tema de tese de mestrado na PUC, cuja autora tivemos o prazer de entrevistar neste número.

Dando continuidade às edições anteriores, a seção **Documento em Foco** traz documentos produzidos pelo Conselho Geral da Província (1828-34), órgão

que antecedeu a Assembleia Legislativa. Na presente edição, apresentamos o registro de ofícios dirigidos ao imperador e à Assembleia Geral Legislativa, revelando assim quais eram as demandas e necessidades da sociedade na época.

O Informativo do Acervo Histórico tem como finalidade divulgar o material disponibilizado aos pesquisadores e demais interessados na documentação histórica do Legislativo paulista. Além dos anais e dos documentos relativos aos projetos legislativos, a Divisão de Acervo Histórico abriga uma rica biblioteca. E, para divulgá-la, teremos a partir desta edição uma nova seção: **Livros do Acervo Histórico**, com a resenha de algumas dessas obras. Começaremos com o livro *Os Humoristas da Constituinte*, de Maria Isabel Silveira, um trabalho humorístico acerca da Constituinte estadual de 1935.

Boa leitura!



Expediente

Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo

Presidente: Fernando Capez

1º Secretário: Enio Tatto

2º Secretário: Edmir Chedid

Secretário Geral Parlamentar

Rodrigo Del Nero

Secretário Geral de Administração

Alexandre Sampaio Zakir

Departamento de Documentação e Informação

Rodrigo Tritapepe

Divisão de Acervo Histórico

Mônica Cristina Araujo Lima Horta

Coordenação editorial

Maurícia Figueira

Projeto gráfico e diagramação

Jair Pires de Borba Junior (Gráfica da Alesp)

Textos

Mônica Cristina Araujo Lima Horta; Dainis Karepovs; Maurícia Figueira; Roseli Bittar; Thalita Ruotolo Gouveia

Colaboradores

Silmara de Oliveira Lauer; Sônia Bauer;

Thaís Santos Pereira

Transcrição de documento

Roseli Bittar

Revisão

Airton Paschoa

Estagiários

Bruno Pereira; Lorena Jade; Luara Allegretti;

Juliana Ramos Derato; Nathália S. Siveri

Telefones: (11) 3886-6308/6309

E-mail: acervo@al.sp.gov.br

Site: www.al.sp.gov.br/acervo-historico

Tiragem: 300 exemplares

Os IV Jogos Pan-americanos de 1963

Tendo em vista a realização das Olimpíadas em agosto de 2016, sediadas no Brasil, no município do Rio de Janeiro, e também dos Jogos Paraolímpicos, em setembro, na mesma cidade, resgatamos a repercussão entre os parlamentares da Assembleia Legislativa de outro evento esportivo de grande porte, desta vez realizado em São Paulo, os IV Jogos Pan-americanos de 1963.

A escolha de São Paulo para sediar os Jogos ocorreu no VII Congresso Esportivo Pan-americano, dias antes do começo do Pan anterior, em Chicago. Pela primeira vez, houve disputa entre duas cidades, a fim de receber o evento, já que, além de São Paulo, Winnipeg, no Canadá, também concorreu, mas perdeu a disputa por 5 votos a 18. O deputado estadual Farabulini Júnior explicou o ocorrido da Tribuna:

Dep. FARABULINI JÚNIOR – PTN – Não obstante a cidade de Winnipeg, Canadá, também se candidatasse, e nesse sentido comparecesse munida de toda a documentação exigida, São Paulo, representada pelo seu prefeito, dr. Adhemar Pereira de Barros, mereceu a indicação dos países dos hemisférios americanos, num total de 23 países naquele local representados. Levou-se em conta, para tal indicação, o interesse que tem se manifestado pela cidade de São Paulo, o documento firmado pelo chefe do Executivo municipal, e o fato de se tratar de cidade com mais de três milhões de habitantes – sabemos que hoje o número de habitantes chega a quase 4 milhões – estando ainda localizada no hemisfério sul, circunstância a pesar decisivamente na indicação, pois os III Jogos se realizaram ao Norte. [96ª Sessão Ordinária, 8 de junho de 1961]

A vitória da cidade brasileira também se deu devido à juventude de sua população, mais da metade formada por jovens com idade inferior a 21 anos, o que favorecia o desenvolvimento do esporte.

A cerimônia de abertura do Pan de 63, ocorrida no dia 20 de abril, realizou-se no Estádio do



Deputado Farabulini Júnior discursando na Alesp

Pacaembu, então a maior praça de esportes do Estado de São Paulo, lotado na ocasião com cerca de 40 mil pessoas. A chama olímpica foi acesa em Brasília por um grupo de índios Carajás, que utilizou método tradicional de seu povo para fazer fogo, tendo percorrido Goiânia, Uberlândia, Uberaba, Ribeirão Preto e Limeira, até chegar a São Paulo, no estádio, nas mãos do velocista José Telles da Conceição. O juramento do atleta foi realizado por Amaury Passos, campeão mundial de basquete pelo Brasil em 1959.

Entre os atletas brasileiros que mais se destacaram durante as competições estava a famosa tenista Maria Esther Bueno, campeã em Wimbledon e que, no Pan, ganhou ouro em simples e prata em duplas, ao lado de Maureen Schwartz. Outro destaque foi a seleção brasileira de futebol, que pela primeira vez conquistou a medalha de ouro, estando presentes no time os jovens jogadores Carlos Alberto Torres e Jairzinho, que estariam, em 1970, entre os campeões da Copa do Mundo de futebol.

Um tema que causou preocupação aos parlamentares estaduais no início dos anos 60, de maneira similar ao que ocorreu em 2016, durante a preparação para as Olimpíadas, foi o atraso nas obras de alojamentos que serviriam de hospedagem aos atletas.

Dep. CARLOS KHERLAKIAN - PRP - A Organização Desportiva Pan-americana, órgão responsável pela organização desse certame, após o Congresso do Comitê Olímpico Internacional, há pouco realizado na Grécia, comunicou ao Comitê Olímpico Brasileiro que, se não fossem dadas garantias, principalmente no que diz respeito a alojamentos, a sede dos IV Jogos seria transferida para Winnipeg, no Canadá.

Essa ameaça, ainda não de todo afastada, de ver perdida essa oportunidade única, desmerecendo a honrosa confiança em nós depositada pelos 18 entre 23 países americanos, que em Chicago escolheram o Brasil como sede dos IV Jogos Pan-americanos,

entristece e envergonha a todos aqueles que, pelos seus méritos e incansável trabalho, conseguiram dar ao nosso esporte amador a projeção internacional que mui merecidamente goza. [em Sessão Ordinária ocorrida em 7 de agosto de 1961]

Dep. JUVENAL RODRIGUES DE MORAES – PSD – Quando, em Chicago, tal escolha foi feita, estávamos longe de imaginar que quase às vésperas do certame inúmeras dificuldades se criariam, afetando o Brasil no campo esportivo e desmerecendo a honrosa



Deputado estadual Carlos Kherlakian

e gloriosa posição de São Paulo como centro, também, de atividades atléticas.

O simples desfilar de razões já nos deixa mal. E, nessas razões, a principal diz respeito à verba...

É preciso que esta Assembleia Legislativa, que a Câmara Municipal de São Paulo, que o Governo do Estado e a Prefeitura se deem as mãos a fim de que se poupe de maior vexame “a cidade que mais cresce

no mundo”.

Que aqui se disputem os IV Jogos Pan-americanos, projetando São Paulo no mundo e acrescentando mais brilho ao nome do nosso País. [132ª Sessão Ordinária, 3 de agosto de 1961]

Já o deputado estadual Farabulini Junior defendia,

em 1961, que os alojamentos fossem construídos como casas populares, para serem, após o evento, destinadas aos trabalhadores que as construíram, tendo inclusive apresentado projeto de lei nesse sentido.

Dep. FARABULINI JUNIOR – PTN – A tese que trago como orientadora para a solução desse problema é a construção da Vila Olímpica, que poderia, indubitavelmente, ser edificada no Hipódromo da Mooca, onde, aliás, há, atualmente, condições excepcionais propiciadas ao povo pelo ex-prefeito da cidade de São Paulo.

O modelo que ofereço interessa, a um tempo, ao esporte e, a outro tempo, aos trabalhadores, pois, segundo o que desejo, construir-se-ia o conjunto residencial que durante os Jogos Pan-americanos abrigaria os esportistas alienígenas, e, depois dos Jogos, esse conjunto residencial, construído nos moldes da casa popular, seria entregue aos trabalhadores, através das caixas econômicas ou através dos institutos de aposentadoria, dos industriários, dos bancários, dos comerciários. [96ª Sessão Ordinária, 8 de junho de 1961]

Por fim, a Vila Pan-americana, que hospedou todos os atletas participantes e foi a única

construção exclusivamente realizada para os Jogos Pan-americanos, teve lugar na Universidade de São Paulo, na zona oeste da cidade, e hoje serve como residência de estudantes que frequentam a instituição de ensino. A obra, inicialmente prevista para ser concluída em três anos, passou por um processo de aceleração e ficou pronta em pouco mais de 150 dias.

Também em tempo recorde foram construídas piscinas, quadras, serviço médico, transporte, refeitórios, e toda a infraestrutura para receber os Jogos. Para as competições, foram utilizados o ginásio e o velódromo do Ibirapuera, o Autódromo de Interlagos, instalações dos clubes Palmeiras, Paulistano, Pinheiros, e do Estádio do Pacaembu, além do Jockey Club, da Hípica Santo Amaro, da Sociedade Hípica Paulista, da Academia Militar das Agulhas Negras, em Resende, no Rio, entre outros.

A realização do evento exigiu poucos investimentos, tendo gerado superávit ao comitê organizador, o que permitiu a construção da primeira sede própria do Comitê Olímpico Brasileiro no centro do Rio de Janeiro. O parlamentar Carlos Kherlakian discorre na tribuna da Assembleia sobre o retorno financeiro que este evento poderia trazer ao Estado:

Dep. CARLOS KHERLAKIAN – PRP – Deve, portanto, o Estado, que foi honrado com a sua designação como sede dos IV Jogos Pan-americanos, contribuir com auxílio financeiro para a cobertura das despesas com a sua realização, gasto este reprodutivo, pois os milhares e

milhares de atletas e turistas que nessa oportunidade visitarão nosso Estado darão movimento excepcional ao nosso comércio e indústria, com grandes proveitos para o Tesouro. [160ª Sessão Ordinária, 4 de setembro de 1962]

Os IV Jogos Pan-americanos, que receberam 1.665 atletas, tiveram uma organização enxuta

e sem grandes custos, visto que foram realizados em grande parte com doações de empresários e comerciantes, além da participação dos clubes esportivos, que se organizaram e receberam as modalidades em suas instalações, como no caso do Clube de Regatas Tietê, mencionado pelo deputado estadual Mendonça Falcão.

Dep. MENDONÇA FALCÃO – PST – Os atletas brasileiros, numa prova de que realmente desejam a

realização desses Jogos, comprometem-se a alojar os participantes das regatas em comunidades como, por exemplo, o Clube de Regatas Tietê. (...) Pelo espírito de abnegação dos homens de regata de São Paulo, poderemos alojar uma parte da delegação e, assim, festejar o Dia do Pan-americanismo com todos os países da América. [96ª Sessão Ordinária, 8 de junho de 1961]

Entre os atletas brasileiros que mais se destacaram durante as competições estava a famosa tenista Maria Esther Bueno, campeã em Wimbledon e que, no Pan, ganhou ouro em simples e prata em duplas, ao lado de Maureen Schwartz



Vila Olímpica, atualmente residências estudantis da USP
Imagem retirada do site: https://pt.wikipedia.org/wiki/Jogos_Pan-Americanos_de_1963

O presidente da Comissão Organizadora dos Jogos Pan-americanos de 1963 foi Sylvio de Magalhães Padilha, atleta olímpico brasileiro em 1932 e em 1936, nos Jogos Olímpicos de Berlim, ano em que obteve o quinto lugar.

Após o sucesso do Pan, no mesmo ano Padilha tornou-se presidente do Comitê Olímpico Brasileiro, além de presidente da Organização Desportiva Pan-americana e vice-presidente do Comitê Olímpico Internacional.

Às vésperas do Pan de 63, a situação política das Américas estava em ebulição. Em meio à Guerra Fria, Cuba havia se declarado socialista em 1961, aliando-se ao bloco soviético, e, em 1962, ocorreu

a chamada “crise dos mísseis”, deflagrada quando a URSS enviou ogivas nucleares a Cuba e os EUA ameaçaram atacar a ilha. O assunto era recorrente entre os deputados estaduais de São Paulo, como

neste pronunciamento do parlamentar Jethero de Faria Cardoso, que trata do difícil diálogo entre os cubanos e os norte-americanos:

Outro destaque foi a seleção brasileira de futebol, que pela primeira vez conquistou a medalha de ouro, estando presentes no time os jovens jogadores Carlos Alberto Torres e Jairzinho, que estariam, em 1970, entre os campeões da Copa do Mundo de futebol

Dep. JETHERO DE FARIA CARDOSO – PSB – (...) o que podemos constatar é que provavelmente se pendente para uma distensão do problema cubano nas Américas. (...) E compreendendo-se a grande dificuldade em que se debatem todos os povos e que o perigo de guerra geral deve ser afastado de qualquer forma, é necessário que os homens

venham a se entender, mesmo em regimes políticos e filosóficos diferentes, e aceitem a constatação de uma realidade a que não podemos fugir. O caminho da paz deve ser procurado, por mais difícil que seja. Neste sentido, a recente libertação de 54 prisioneiros cubanos já demonstrou a possibilidade de se afrouxar a pressão estrangeira contra aquele país. [40ª Sessão Ordinária, 13 de abril de 1962]

Nesse contexto de disputa entre os modelos socialista e capitalista, os norte-americanos utilizaram os Jogos para demonstrar sua força, tendo conquistado 201 medalhas, quase quatro vezes mais que o Brasil, que, no entanto, conseguiu o segundo lugar, com 14 ouros, 20 pratas e 18 bronzes, a melhor *performance* do nosso País em Jogos Pan-americanos de sua história.

Deputado João Mendonça Falcão discursa na Alesp



COMPROMISSO COM A MEMÓRIA

Uma breve biografia de Chiquinha Rodrigues

Nasceu em 1896, no interior de São Paulo, filha de professor. Aos 17 anos, formou-se professora na Escola Normal de Itapetininga. Com 18, começou a exercer a profissão. Com 19, casou-se. Dedicou-se exclusivamente ao casamento e aos cinco filhos, até que o caçula completasse quatro anos, quando retornou ao magistério. Até então, uma vida parecida com a de muitas mulheres de seu tempo.

Em 1932, iniciou-se a Revolução Constitucionalista. O Estado de São Paulo entrou em conflito com o governo federal. Os paulistas foram chamados para o voluntariado. Depois de 17 anos de casada, Francisca Pereira Rodrigues se engajou fervorosamente na campanha constitucionalista. Fez discursos conclamando voluntários para a Revolução de 1932 pelo rádio, nos quartéis e em praça pública. Foi uma das organizadoras da Federação dos Voluntários, organização política fundada em fins de outubro de 1932 e reunindo os voluntários que participaram da Revolução Constitucionalista.

Depois da Revolução, **Chiquinha Rodrigues**, como era conhecida, continuou seu engajamento político. Defensora do ensino rural, em 1933 fundou a Bandeira Paulista de Alfabetização, entidade à qual se dedicaria por toda a vida, que criou 2.849 escolas primárias, cinco escolas profissionais, clubes agrícolas no interior de São Paulo e 85 hortos florestais, além de distribuir livros e sementes de hortaliças nas escolas rurais. A Bandeira Paulista de Alfabetização foi considerada entidade de utilidade pública por decreto do governo federal.

Em 1934, a Federação dos Voluntários fundiu-se com o Partido Democrático de São Paulo, com a Ação Nacional, e formou o Partido Constitucionalista de São Paulo. Chiquinha Rodrigues filiou-se ao partido e organizou diretórios políticos no Interior.

Chiquinha criou também a Sociedade Luís Pereira Barreto em 1935, entidade que visava difundir atividades educacionais. Em 1936,

promoveu e dirigiu o I Congresso de Ensino Rural, com representantes de quase todos os estados brasileiros, além de Uruguai e Argentina.

Devido ao seu engajamento na Revolução de 1932 e na Bandeira Paulista de Alfabetização, foi convidada por Armando de Sales Oliveira, então diretor do jornal “O Estado de S. Paulo” e postulante ao governo de São Paulo, a candidatar-se a deputada estadual em 1934. Ficou na suplência. Em junho de 1935, assumiu a cadeira no Legislativo.

Foi defensora da questão educacional durante seu mandato, exercido até novembro de 1937, quando os legislativos federal, estaduais e municipais foram fechados em decorrência do Estado Novo.

Oradora e conferencista, percorreu o Brasil inteiro várias vezes. Em 1940, viajou a serviço do Censo, por especial delegação do Instituto Nacional de Geografia e Estatística, do qual foi sócia honorária. Chiquinha Rodrigues proferiu inúmeras conferências sobre educação em São Paulo, em algumas cidades de Minas Gerais e em 15 capitais de estados.

Foi prefeita de Tatuí em 1945, quando criou jardins de infância, um grupo escolar, além de abrir novas ruas, avenidas e pontes.

Na reabertura das casas legislativas em 1947, Chiquinha Rodrigues candidatou-se novamente a deputada estadual. Mais uma vez ficou na suplência. Assumiu o cargo interinamente em virtude de licenças de deputados, até tomar posse definitivamente no cargo em novembro de 1950.

Chiquinha Rodrigues foi autora de livros dedicados às crianças, ao ensino e à história de São Paulo e do Brasil. Recebeu diversas homenagens



Chiquinha Rodrigues, 1934

e títulos. Em 12 de setembro de 1966, menos de um mês antes de morrer, Chiquinha recebeu sua última homenagem: o título de Educadora Emérita na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

ALGUNS DOS LIVROS PUBLICADOS

Sobre problemas brasileiros:

- *Em marcha para a civilização rural* (1935);
- *Tendências urbanistas de nossa civilização* (1936);
- *Pelo caboclo do Brasil* (1937);

Sobre a imigração e questões raciais:

- *O braço estrangeiro* (1938);

Sobre história do Brasil:

- *Antevisão de jesuíta* (1939);
- *Grandes brasileiros* (1939);
- *Primeiro Livro da Bandeira* (1940);
- *Segundo Livro da Bandeira: Vamos conhecer as riquezas do Brasil*;
- *Bandeira Paulista de Alfabetização* (1935);

Romance:

- *Confidências de Suzana* (1939);

Sobre educação:

- *Primeiro Congresso Brasileiro de Ensino Rural* (1937);

Livros infantis:

- *Trajatória luminosa* (1947);
- *Menina de ouro* (1947);
- *Seu Pafúncio corre o mundo* (1947).

ALGUNS DOS TÍTULOS E MEDALHAS RECEBIDOS

Títulos: Cidadã Paulistana, concedido pela Câmara Municipal de São Paulo em 1958; sócia honorária do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo; titular da Soberana Ordem de São Paulo Apóstolo.

Medalhas: Standard Oil Company of Brazil (honra ao mérito); Imperatriz Leopoldina; José Bonifácio; General Rondon; Câmara Municipal de São Vicente; Veterano de 1932; Rafael Tobias de Aguiar; Sección Femenina de Enseñanza Secundária (Uruguai); Comenda Barão do Rio Branco, concedida pelo ministro das Relações Exteriores, em nome do então presidente da República general Eurico Gaspar Dutra.

Chiquinha Rodrigues na Assembleia

Professora eleita deputada, defendia as temáticas da educação na tribuna da Assembleia, especialmente o ensino rural. Foi integrante da Comissão de Educação e Cultura de 1935 a 1937. Em 1936, foi eleita membro da Mesa Diretora da Alesp, como 4ª Secretária. Nas duas vezes em que foi deputada estadual, a primeira na década de 30 e a segunda na década de 50, foi autora de indicações, moções e projetos de lei relativos à educação, como construção de escolas maternas, grupos escolares, escolas profissionais, escolas rurais, instalação de cursos vocacionais nas escolas, entre outros.

Em seus discursos, Chiquinha Rodrigues assinalava dois segmentos da sociedade que seriam beneficiados diretamente com as melhorias do ensino rural: o povo da roça e os estrangeiros. E, de maneira mais ampla, Chiquinha entendia que o ensino rural adequado seria um agente fortalecedor da agricultura e, portanto, da economia do país.

O elemento principal para esse ensino rural fomentador da economia eram, para Chiquinha, os professores, que deveriam ser adaptados e preparados para o meio rural. Chiquinha Rodrigues defendia que fossem contratados professores da região para as escolas rurais, pois esses teriam familiaridade com as questões agrícolas e com a vida no Interior. Na tribuna, Chiquinha afirmava que o professor da cidade nunca deveria sair da cidade “porque, dentro do seu ambiente, não corre o risco de inocular o veneno do urbanismo no cérebro tranquilo do caboclo”. [23ª Sessão Ordinária, 7 de agosto de 1936] Em outra ocasião, a esse respeito, afirmou:

É mister buscar, com muito empenho, o professor capaz de integrar-se na vida rural, constituindo elemento de ordem na roça, em contato com o homem singelo, orientando-o de maneira inteligente, conduzindo-o por senda acertada, mostrando-lhe a possibilidade de ser feliz no seu ambiente. Aqui ressalto o imprevisto do mestre de hoje para a faina no campo. O nosso professor é o professor da zona urbana. Raros são aqueles que, possuidores de qualidades excepcionais, se amoldam à vida da

roça, descobrindo aí encantos capazes de prendê-los, a ponto de torná-los colaboradores operosos do campônio simples. [108ª Sessão Ordinária, 18 de novembro de 1935]

Defendia a especialização do professor rural como elemento que “deve cuidar da higiene, da instrução e da adaptação da criança à zona rural e o único que pode concorrer para assimilar os imigrantes, incentivar as lavouras, padronizar os produtos e conquistar novos mercados, promovendo a prosperidade geral para a felicidade de cada um”. [47ª Sessão Ordinária, 3 de setembro de 1937]

A respeito desse professor integrado à vida rural, citava constantemente na tribuna exemplos bem-sucedidos. Em agosto de 1936, comentou o caso do município de Santa Bárbara, que criou a “primeira escola de aradores” do país:

É a espontaneidade do gesto sugerida pelo patriotismo daquele povo e é o marco brilhante da nova época caracterizada pela mentalidade ora em formação que merecem o nosso inteiro apoio, além do nosso caloroso aplauso. Eis o esboço dessa escola, que nada vai custar ao Governo do Estado e mostrará como vibra em Santa Bárbara, neste momento, a compreensão de uma exigência das populações rurais, atendendo à solicitação da terra. [23ª Sessão Ordinária, 7 de agosto de 1936]

Ainda acerca da necessidade do ensino rural adaptado ao meio, exemplificou na tribuna Chiquinha Rodrigues:

Em Perdões, chegou, há dois anos, um padre espanhol. Extasiou-se ante a abundância de terras e a fertilidade do solo. Teve vontade de plantar e plantar muito. Sozinho, desconhecendo tudo e todos aqui, procurou na sua paróquia os meninos, alfabetizados ou não. Disse-lhes o encanto do trabalho agrícola, mostrando-

lhes todas as vantagens desse serviço que constitui alegria contínua do homem, além da garantia segura do desenvolvimento da pátria. (...) E, assim, no recolhimento da noite, na sala da igreja, as crianças contentes contam, ao invés das proezas policiais, o progresso da horta.

Como vemos, a solução do problema aí está, ao alcance de nossa mão. Resultado esplêndido, brilhante, certo. O descaso e abandono da questão representa para nós, povo civilizado, não apenas um criminoso capricho de maus cidadãos, mas, sobretudo, a ignorância completa do mais rudimentar problema, não somente educacional, mas econômico, e, como tal, oportuno, urgente, inadiável. [23ª Sessão Ordinária, 7 de agosto de 1936]

Outra questão recorrente nos discursos da deputada era a dos imigrantes. Chiquinha Rodrigues considerava que os imigrantes precisavam ser inseridos na cultura do nosso país por meio da educação, por meio das escolas rurais. Sobre os estrangeiros, Chiquinha dizia:

Adaptam-se, por assim dizer, à terra. Nenhum perigo ofereceriam estes elementos se fossem integralmente absorvidos, assimilados, ajustando-se intimamente às coisas que nos são peculiares e, portanto, ao meio. Mas, na maioria das vezes, eles, que nos prestam valiosa colaboração durante todo o dia, durante a noite e nas horas de lazer voltam-se inteiramente para a pátria longínqua, à qual enviam, além das sobras do ordenado ou do salário e das saudades, que



Chiquinha Rodrigues, em setembro de 1966, em sessão em que receberia o título de Educadora Emérita na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo

são, naturalmente, muitas e doloridas, a firmeza do retorno, o que representa, para nós, a certeza amarga da inadaptação, que é sempre lamentável. [23ª Sessão Ordinária, 7 de agosto de 1936]

Chiquinha argumentava que o meio de inserir os estrangeiros na nossa cultura era a escola primária, onde a criança poderia aprender a nossa língua e estudar “a nossa história viva, a nossa vida, sentindo com intensidade as emoções que nos são próprias, conservando como traço vincado de brasilidade essas manifestações naturais da nossa gente simples mas sincera”. Chiquinha sublinhava a importância de incorporar os estrangeiros - “elementos preciosos esses, que colaboraram de maneira tão incisiva até para a formação da nossa mentalidade” - na nossa cultura: “Vivem ligados à suposta pátria, esperando o dia em que voltarão para lá, o que fazem contentes, deixando tranquilos, indiferentes, o solo que, por direito de nascimento, lhes pertence”. [23ª Sessão Ordinária, 7 de agosto de 1936]

Refletia e sugeria soluções para os problemas apresentados. Defendia a criação de novas escolas e a preparação adequada do professor. Sempre apresentava estatísticas e pesquisas, dados comparativos entre o ensino rural e o ensino urbano, valores gastos pelo governo na manutenção das escolas, tabelas de vencimentos dos professores em diversos estados, dados estatísticos sobre a educação em outros países, para embasar seus discursos.

A Bandeira Paulista de Alfabetização era considerada por Chiquinha Rodrigues “como que uma filha, que sempre mereceu e há de merecer os maiores esforços da minha parte” [19ª Sessão Ordinária, em 2 de agosto de 1935]. Orgulhosa da entidade que criou, afirmava Chiquinha:

“Amar a terra! Daí vem todo um poema de riqueza! Nós devemos pensar que a escola é a base da riqueza de um povo; que o homem é útil à sociedade, através da qual ele produz; povo que só pode produzir bem frequentando uma boa escola.”

Sr. Presidente, quando, depois de 32, para concretizar a imensa vibração de civismo existente, motivada pelo grande movimento revolucionário que deu a São Paulo a consciência do seu valor e integrou o Brasil dentro dos princípios constitucionais, fundei a instituição a que dei o nome de “Bandeira Paulista de Alfabetização”, não podia sequer imaginar viesse ela obter tamanho e tão eficiente resultado. (...) Toda a consciência bandeirante está segura de que o progresso paulista e, conseqüentemente, o avanço brasileiro para mais altos destinos, depende da solução do magno problema educacional. (...) Mister se faz, sr. Presidente, que os nossos legisladores volvem os olhos para o preparo do mestre rural. No Brasil, esse movimento toma proporções animadoras. São Paulo,

afeito ao lugar de vanguardeiro, deve agir sem demora. Vacilar é crime, num Estado onde o homem é um vencedor, onde tudo convida a agir, onde a própria natureza, pela sua pujança, constitui elemento primeiro de progresso, de cultura, de grandeza. Rumo ao campo – é o nosso lema. [28ª Sessão Ordinária, 13 de agosto de 1936]

Ao voltar ao parlamento paulista em 1950, Chiquinha Rodrigues continuou lutando

pela educação. Em 28 de abril de 1950, defendeu a inclusão da cadeira de “Problemas Agropecuários” nas escolas normais do Estado de São Paulo. Retomando o discurso da década de 30, Chiquinha insistiu no “programa sadio e indispensável de formação do mestre para a zona rural ou a sua adaptação à vida do campo. (...) E o professor que assim se encontrar – quem o duvida? – será capaz de transformar seu meio, beneficiando-o”. Continuou também enfatizando a necessidade de preparo para o professor rural: “Mandamos para as zonas rurais o professor preparado para o exercício de suas funções na cidade. Podemos dizer, repetindo o que Sud Mennucci falou, há muitos anos: o professor assim preparado, vivendo na zona rural, é o principal

elemento propulsor do êxodo dos campos, do povo que vive lá fora”.

Nessa ocasião, quando mais uma vez Chiquinha fazia um apelo à Casa para a solução do problema ruralista do país, com a inclusão da cadeira de Problemas Agropecuários nas escolas normais, foi apartada pelo então deputado estadual **Ulysses Guimarães**:

Quero confessar aqui – e o faço prazerosamente – que fui aluno de V. Exa., aluno em aprender a amar o solo pátrio. Vossa Excelência sempre defendeu a tese de que todas as oportunidades devem ser dadas à criança,

a quem, futuramente, estará entregue a defesa do nosso grande território. As ideias aventadas por V. Exa., neste momento, o apelo que formula, sem dúvida alguma, merecerão acolhida de grande simpatia desta Casa. [34ª Sessão Ordinária, 28 de abril de 1950]

E Chiquinha respondeu, sintetizando sua atuação como professora e deputada: “Amar a terra! Daí vem todo um poema de riqueza! Nós devemos pensar que a escola é a base da riqueza de um povo; que o homem é útil à sociedade, através da qual ele produz; povo que só pode produzir bem frequentando uma boa escola”.

ENTREVISTA

Historiadora fala sobre pesquisa no Acervo da Casa

Os discursos de Chiquinha Rodrigues foram o tema escolhido pela historiadora Eliana de Jesus Reis Garcia para sua tese de mestrado na PUC de São Paulo. Sob o título **O parlamento paulista e a questão educacional: uma análise dos discursos de Chiquinha Rodrigues (1935-1937)**, Eliana Garcia analisou os debates, ocorridos na legislatura de 1935, envolvendo a deputada Chiquinha Rodrigues, nossa personagem da coluna **Compromisso com a Memória** desta edição do Informativo do Acervo Histórico.

Eliana Garcia pesquisou os Anais – registro da íntegra dos discursos dos deputados na tribuna do Parlamento – de 1935 a 1937, primeiro mandato de Francisca Rodrigues como deputada estadual.

A historiadora gentilmente concedeu entrevista à equipe do Acervo Histórico a respeito de seu trabalho.

Conte um pouco sobre você, sua formação e atuação profissional.

Graduei-me em História, com o intuito de ser professora. Com orgulho, fui professora de História por 23 anos, atuando em escolas públicas

e privadas. Em 2012, me tornei coordenadora pedagógica na rede municipal de ensino. Atualmente sou assistente pedagógica e educacional numa escola de Educação de Jovens e Adultos – CIEJA Sapopemba. Ao longo deste período, fiz duas especializações, em História Social, Moderna e Contemporânea e em Coordenação Pedagógica pela UFSCar, além de um mestrado em Educação, Política e Sociedade pela PUC-SP.



Eliana Garcia

Como você chegou ao tema da sua tese?

Meu interesse sempre foi o de incursionar pelas questões de gênero, da história da mulher; assim, embora a educação tenha sido um espaço notadamente associado às mulheres – no caso do Brasil, especialmente no século XX – o mesmo não acontecia e acontece no espaço da política.

Como você ficou sabendo da existência do Acervo Histórico da Alesp?

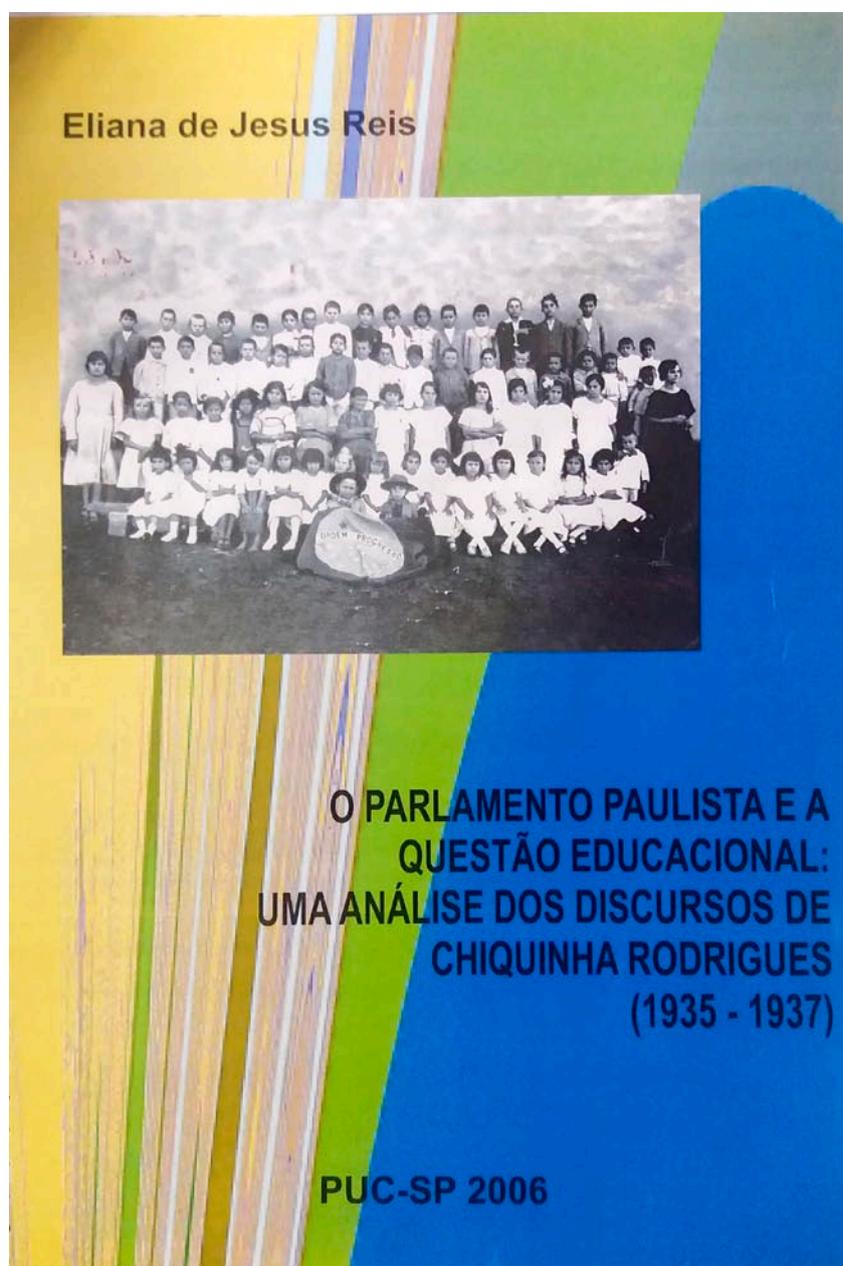
Havia conhecido o Acervo Histórico da

Assembleia Legislativa por acaso, após uma manifestação de professores da rede estadual paulista em campanha salarial. Ao esboçar o anteprojeto de pesquisa resolvi visitar o Acervo mais uma vez. Na ocasião tive o prazer de conversar informalmente com o diretor Dainis Karepovs, que me falou acerca da legislatura de 1935-1937, com as primeiras deputadas. Mencionou Chiquinha Rodrigues e sua atuação na Casa em defesa da educação. Foi o *start* para mergulhar na pesquisa. A leitura dos Anais das sessões revelou uma mulher surpreendente, corajosa, empenhada na luta em defesa da educação primária, da alfabetização, da educação do homem rural, do nacionalismo, temas nada comuns naquele momento. Embora não se posicionando como “feminista”, numa casa repleta de homens, Chiquinha Rodrigues ocupou muitas vezes a tribuna, ora para discorrer sobre temas que lhe eram caros, ora fazendo apartes.

Qual foi a documentação pesquisada? Como o material do Acervo Histórico contribuiu para sua pesquisa?

A documentação primária utilizada foram basicamente os Anais das sessões ordinárias de 1935 a 1937, composta de transcrições dos pronunciamentos feitos na Assembleia. Uma rica documentação, muito bem preservada, que permite um olhar panorâmico acerca desta importantíssima legislatura, nascida de um novo jogo de forças decorrente da ascensão de Vargas, da resistência paulista – Revolução Constitucionalista

–, de um novo Código Eleitoral, que garantiu a participação das mulheres como elegíveis e eleitoras. No Acervo Histórico também me vali de obras acerca da história de São Paulo, do Guia do Acervo Histórico, da composição dos deputados da Casa. Esta documentação foi essencial. Foram muitas visitas ao Acervo, com muitas horas dedicadas à leitura e apontamentos. Preciso destacar a cordialidade com que fui atendida. O Acervo Histórico da Alesp é um *locus* privilegiado de pesquisa.



Capa da tese de Eliana de Jesus Reis Garcia

DOCUMENTO EM FOCO

O Conselho Geral da Província de São Paulo

A Constituição do Império do Brasil de 1824 criou os Conselhos Gerais de Províncias, afirmando, em seu art. 71, que “*a Constituição reconhece, e garante o direito de intervir todo o Cidadão nos negocios da sua Provincia, e que são immediatamente relativos a seus interesses peculiares*”.

O Conselho Geral da Província de São Paulo¹, com 21 membros, iniciou efetivamente suas atividades somente em 1828. Obedecia aos artigos do Capítulo V da Constituição do Império, e ao *modus operandi* ditado pela lei de 27 de agosto de 1828, que deu Regimento aos Conselhos Gerais de Província. “*A sua Eleição se fará na mesma ocasião, e da mesma maneira, que se fizer a dos Representantes da Nação, e pelo tempo de cada Legislatura*”, ou seja, 4 anos; “*A idade de vinte e cinco annos, probidade, e decente subsistencia são as qualidades necessarias para ser Membro destes Conselhos*”; “*Todos os annos haverá Sessão, e durará dous mezes, podendo prorrogar-se por mais um mez, se nisso convier a maioria do Conselho*”; “*Para haver Sessão deverá achar-se reunida mais da metade do numero dos seus Membros.*”(art. 74, 75, 77 e 78 da Constituição do Império do Brasil, 1824).

Os primeiros projetos elaborados pelos Conselheiros expunham algumas das necessidades mais urgentes dos provincianos. Havia necessidade de conhecer melhor as reais condições da Província,

como se vê em proposta de realização da então chamada estatística (censo). O rápido atendimento a necessidades prementes, como expansão da alfabetização, atribuição de “curas” (padres) para as capelas existentes nas novas povoações, criação de novas vilas, de banco provincial e até extinção de formigueiros, praga danosa à agricultura, principal atividade econômica da época, também estava entre suas primeiras e mais urgentes preocupações.

Atento às demandas dos cidadãos, das povoações e vilas de seu tempo, o Conselho analisava e indicava o foro adequado para cada caso, mesmo quando não era de sua alçada. Dentro do que constitucionalmente era previsto, oferecia soluções em forma de propostas de leis, rogando às instâncias superiores – a Assembleia Geral Legislativa e o próprio Imperador D. Pedro I – decisões ou criação de leis que disciplinassem a questão em pauta.

Os índices de propostas e de correspondência desse período, as relações de documentos expedidos e as atas de sessões traçam um panorama das propostas elaboradas pelos Conselheiros, e das demandas que chegavam às suas mãos, muitas vezes enviadas por uma sociedade que ainda não compreendia completamente o papel destinado ao Conselho.

Diante desse verdadeiro mostruário de necessidades, interesses e costumes dos primórdios da Independência do Brasil, publicamos uma série de documentos que retratam facetas da pouco conhecida Província de São Paulo do início do Império.

¹ Os documentos remanescentes do Conselho Geral da Província de São Paulo nos arquivos do Acervo Histórico da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo podem ser consultados em forma digitalizada através do Portal da Alesp (<http://www.al.sp.gov.br>), dentro do site do Acervo Histórico, no ícone Império, item Documentos, pesquisando pelos anos e/ou assuntos desejados.

Transcrição atualizada para a ortografia vigente, com abreviaturas estendidas quando reconhecidas com segurança. Foram mantidas as abreviaturas ainda em uso, ou similares e reconhecíveis.

Imagem 1 - FCGP-RP28.001.1

Indicações e requerimentos expedidos, mas que ainda podem pôr-se em movimento, porque esperam documentos e respostas do Governo

1828

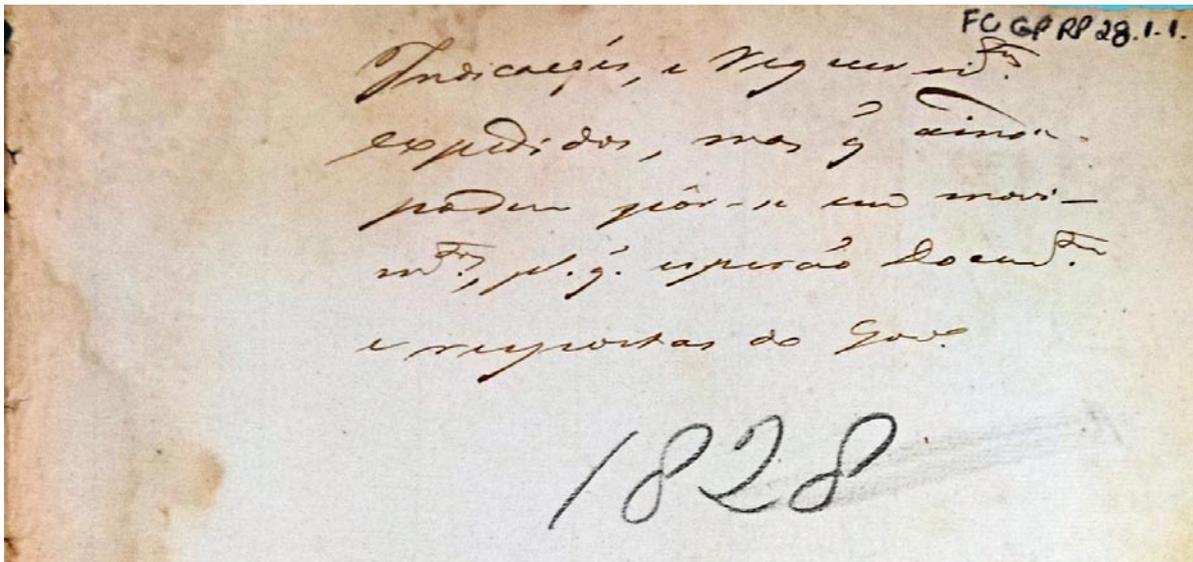


Imagem 1 - - FCGP-RP28.001.1

Imagem 2 - FCGP-RP28.001.2

Índex do Livro de Registro dos Offícios dirigidos a S. M. o Imperador e à Assembleia Geral Legislativa, tanto Propostas como Representações
1828

Mês	Dia		Folhas
Dezembro	20	Ao Exm.o Ministro do Império acompanhando aos Offícios de igual data inframencionados _ _ _ _	f 1
"	20	A S. M. o Imperador comunicando a instalação do Conselho, e agradecendo-lhe a sanção da Lei, que serve de Regimento ao mesmo _	f 1
"	20	Ao Exm.o Secretário da Câmara dos Snr.es Deputados acompanhando ao que para aquela Câmara se dirigiu (infra)	f 2
"	20	Para a Câmara dos Snr.es Deputados, saudando os Representantes da Nação, afiançando toda a coadjuvação, e agradecendo seus trabalhos Legislativos	f 2
"	20	Ao Exm.o Secretário da Câmara dos Snr.es Senadores na conformidade do da Câmara dos Snr.es Deputados (supra)	f 3
"	20	À Câmara dos Snr.es Senadores na conformidade do dirigido à dos Snr.es Deputados (supra)	f 3
Janeiro	20	Ao Exm.o Ministro do Império acompanhando a Proposta abaixo sobre a mudança do Registro de Curitiba	f 3s
"	20	A S. M. o Imperador Proposta sobre a mudança do Registro de Curitiba das margens do Iguauçu para as do Rio Negro	f 3s
"	28	Ao Exm.o Ministro do Império acompanhando as 3 seguintes Representações	f 4s
"	28	1ª Sobre a igualdade de custas em toda a Província	f 5
"	29	2ª sobre as providências necessárias acerca da nomeação de Juizes Ordinários de Órfãos, e seus Suplentes	f 5s
"	31	3ª Contra o ex-Ouvidor Manoel da Cunha de Azevedo Car.o Souza Chichorro em consequência da queixa da Câmara de Paranaíba _ _	f 6
"	28	Ao Exm.o Secretário da Câmara dos Snr.es Deputados acompanhando iguais representações _ _ _	f 6
"	28	Dita 1ª = igualdade de custas _ _ _ _ _	f 6s
"	29	Dita 2ª sobre a nomeação de Juizes ordinários [de] órfãos	f 6s
"	31	Dita 3ª Contra Manoel da Cunha _ _ _ _ _	f 7s
"	28	Dita 3ª iguais à Câmara dos S.s Senadores = quer officio ao Secretario, quer Representações _ _ _ _	f 7s

Indice do Livro de Registo dos Officios dirigidos a S. M. o Imp.
e a Assemblia Geral Legislativa, tanto Proprietarios, como
Representacoes de 1828

Mes	Dia	Folhas
Dez.	20	1
"	20	1
"	20	2
"	20	2
"	20	3
Jan.	20	3
"	20	3
"	22	4
"	28	5
"	29	5
"	31	6
"	28	6
"	28	6
"	29	6
"	31	7
"	28	7

Imagem 2 - FCGP-RP28.001.2

Imagem 03 - FCGP-RP28.001.2v

Janeiro	29	Ao Ex. ^{mo} Ministro do Império acompanhando as 3 seguintes Propostas _	f 7s
"	29	1ª proposta sobre a criação de Aulas de Filosofia em algumas Vilas da Província	f 8
"	30	2ª Sobre a criação de Aulas de 1.as Letras pelo método Lancastriano em algumas Vilas da Província	f 10v
"	31	3ª Sobre o estabelecimento de uma cadeira de Medicina e Cirurgia n'esta Capital _ _	f 11s

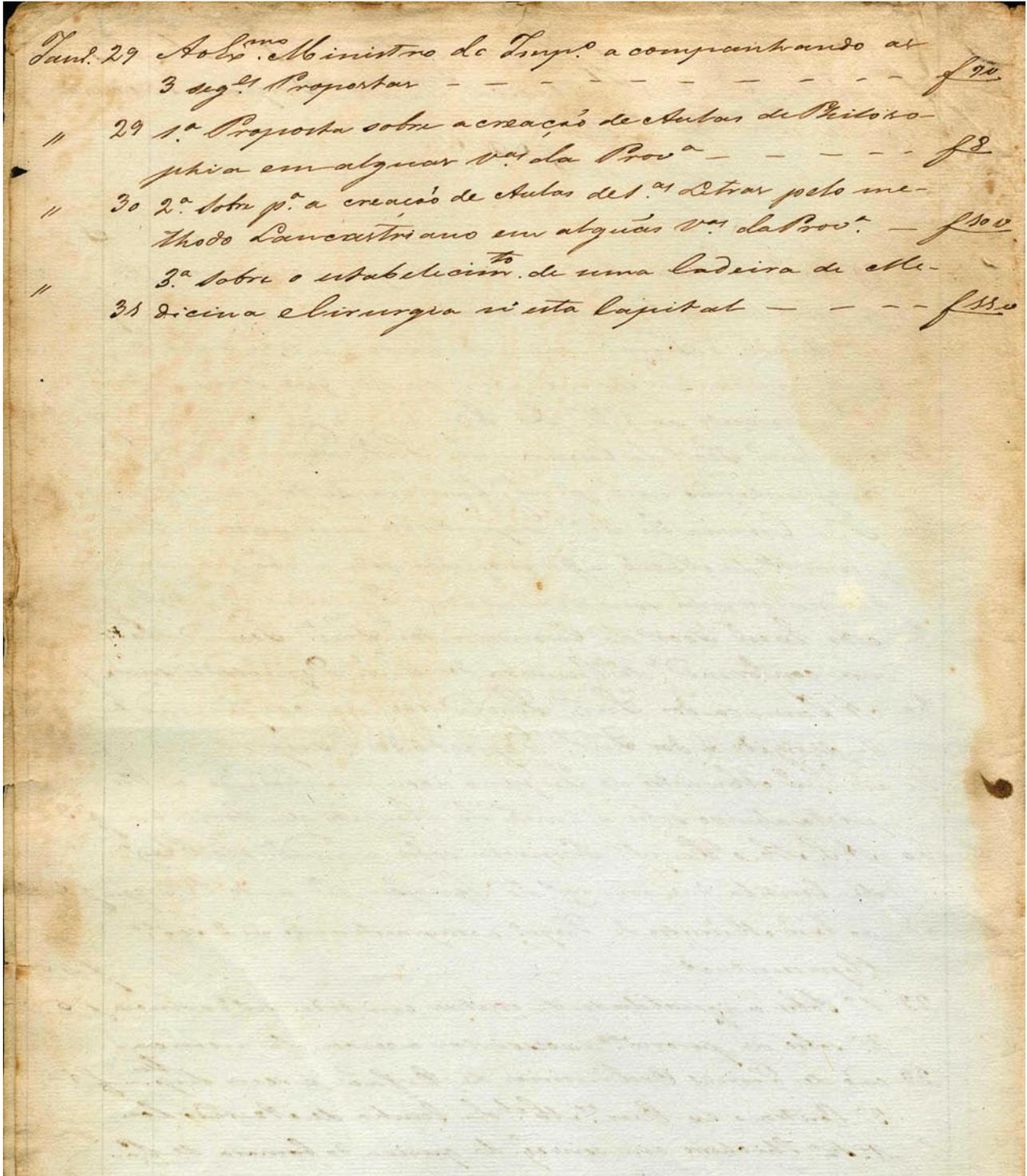


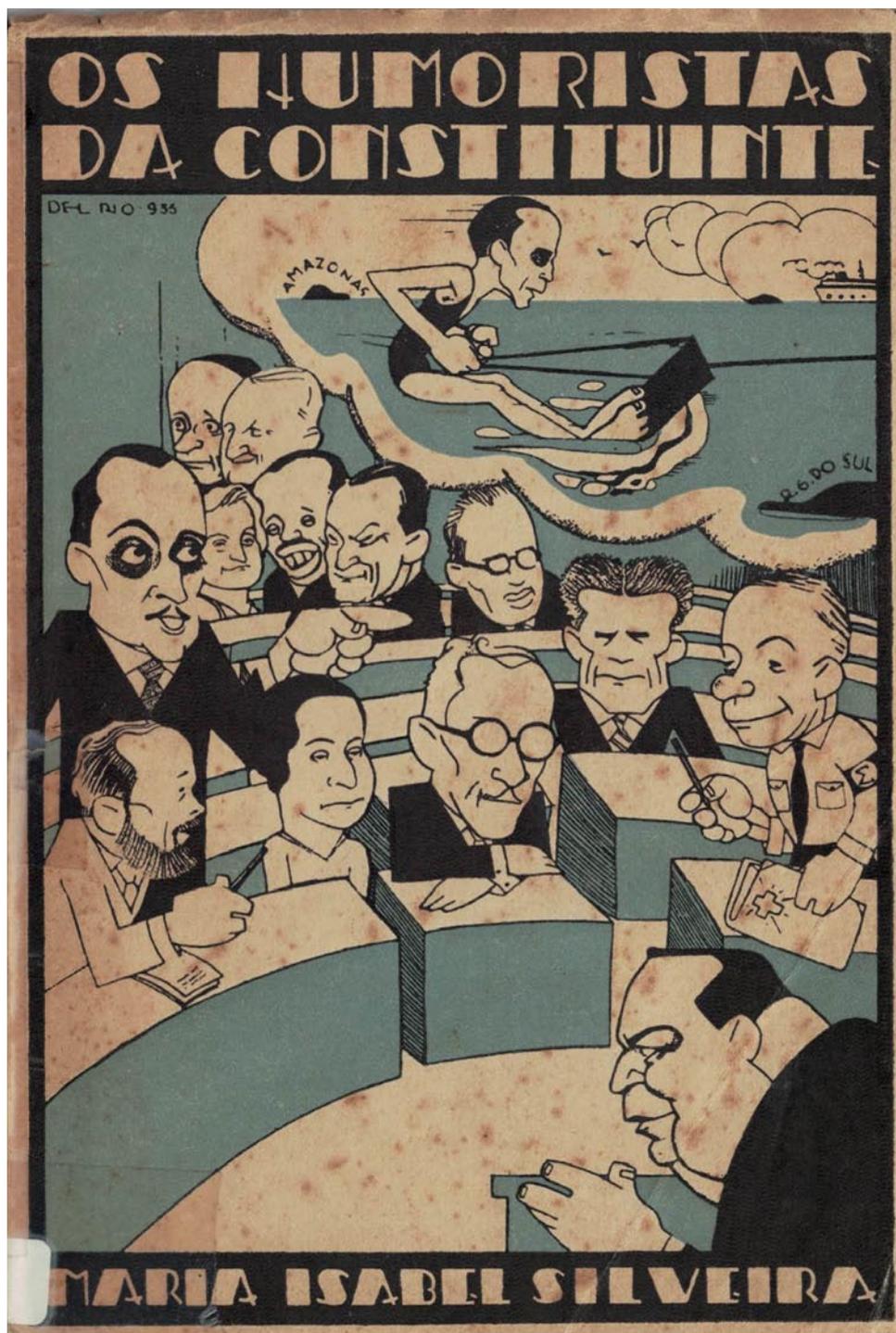
Imagem 3 - FCGP-RP28.001.2v

LIVROS DO ACERVO HISTÓRICO

Os Humoristas da Constituinte

SILVEIRA, Maria Isabel.
Os Humoristas da Constituinte.
São Paulo: Graphica
Paulista, 1935, 69 p.

O filósofo francês Henri Bergson, em seu clássico ensaio sobre o homem e o humor publicado no início do século passado (Henri Bergson. *O Riso: Ensaio sobre a significação da comicidade*. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007, 152 p.), observara que a “comicidade nascerá quando alguns homens reunidos em grupo dirigirem todos a atenção para um deles, calando a própria sensibilidade e exercendo apenas a inteligência”. Desse modo Bergson enfatizava três questões: a significação social do riso, a inexistência da comicidade além do estritamente humano (o filósofo afirmava que uma paisagem não era risível e um animal somente o seria se nele surpreendêssemos uma atitude ou expressão humanas) e o fato de o riso ser sempre acompanhado de uma insensibilidade ou de uma indiferença (nas palavras do francês: “A comicidade exige enfim algo como uma anestesia momentânea do coração. Ela se dirige à inteligência pura”).



Capa do livro de Maria Isabel Silveira

Já no Brasil, a propósito do tema, o grande humorista Aparício Torelly, o famoso Barão de Itararé, afirmava aqui serem todos humoristas

e que o humorismo tinha uma influência “levemente benéfica e bastante entorpecente”, mostrando apenas a “metade das verdades” (O Barão no jogo da verdade. *Manchete*, nº 700. Rio de Janeiro, 18/9/1965, p. 119). Com isso o Barão, além de exibir uma visão crítica de seu ofício, destacava uma questão que ainda hoje perpassa o chamado senso comum de nosso país: a presença cotidiana e permanente do humor. Seríamos, como se diz, o “país da piada pronta”.

Esse senso comum nos remete, na verdade, a uma longa tradição humorística, que vem praticamente desde o descobrimento.

Essa longevidade humorística pode ser observada em uma antologia recentemente publicada, que reúne 54 dos melhores escritores brasileiros que enveredaram pelas sendas do humor, além de nove outros textos anônimos (Flávio Moreira da Costa (Org.). *O melhor do humor brasileiro: Antologia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016, 451 p.). Obviamente, como qualquer antologia, este livro cobre um amplo espectro, mas não tem como dar conta, tanto numérica como qualitativamente, da integralidade de seu campo de interesse. Trata-se de um volume de grande utilidade para recuperar e destacar as especificidades do humor no Brasil, bem como os seus diversos focos de atenção.

A Divisão de Acervo Histórico da Assembleia Legislativa do Estado tem entre os preciosos livros preservados em seu acervo documental e bibliográfico uma dessas obras de humor pouco conhecidas (e que, por acaso, escaparam à antologia acima mencionada). Trata-se de *Os Humoristas da Constituinte*, de Maria Isabel Silveira, um pequeno livro de 69 páginas, classificado como “mera brincadeira” e escrito ao longo de dez dias, conforme nos conta a sua autora. Atendendo aos pedidos de amigos, resolveu publicá-lo com o objetivo de fazer rir os seus leitores: “Quem não puder rir, aceite pêsames, pois o seu fígado não se acha em boas condições...”. A autora ressaltava

que seu livro não tinha a intenção de ofender ou diminuir ninguém (p. 69).

Em *Humoristas da Constituinte*, com seu estilo despretensioso e acessível, e fazendo uso de formas aparentemente assemelhadas às das tradicionais e formalmente empregadas nas publicações parlamentares, como atas e anais, Maria Isabel Silveira fez um retrato humorístico dos trabalhos constituintes paulistas. A Constituinte paulista se reuniu de 8 de abril a 9 de julho de 1935, data em que foi promulgada a Constituição do Estado de São Paulo, a qual, como se sabe, foi definida no artigo 3º e seus parágrafos das

**“Quem não rir, aceite
pêsames, pois o seu fígado
não se acha em boas
condições...”**

Disposições Transitórias da Constituição Federal de 16 de julho de 1934 (resultante esta das eleições convocadas pelo Decreto nº 21.402, de 14 de maio de 1932).

Maria Isabel Silveira (1880-1965), escritora bissexta - ela publicou, além desse, ao final de sua vida, a primeira parte de suas memórias familiares: *Isabel quis Valdomiro* (Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1962. 194p.) -, fazia parte de uma importante família de escritores, dentre os quais se destacaram suas sobrinhas Helena Silveira, Yone Quartim e Dinah Silveira de Queiroz e seus filhos Isa Silveira Leal e Miroel Silveira. Além disso, era casada com o também escritor Valdomiro Silveira (1873-1941). Seu marido, além de destacado contista regional, nos quais buscou fixar os costumes e tradições paulistas, enveredou pelos caminhos da política, sendo secretário da Educação, deputado estadual e deputado constituinte paulista, quando foi membro da Comissão de Constituição, a qual teve a incumbência de redigir o Projeto de Constituição, inclusive sendo apresentado pelo próprio Valdomiro Silveira aos seus pares. Ou seja, Maria Isabel transformou Valdomiro em personagem da sua obra.

Na época de sua publicação o livro passou praticamente despercebido. A imprensa paulista

ignorou solenemente a obra. Na verdade, localizou-se apenas uma sinopse, a qual demonstrava claramente que o resenhista não o havia lido, tratando o livro como uma reunião de trechos de discursos dos constituintes paulistas “tocados de um sadio humor que a Sra. Maria Isabel Silveira teve a paciência de colher um a um e enfeixar em volume” (Bibliografia: *Os humoristas da Constituinte* – Maria Isabel Silveira – São Paulo – 1935. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 28/8/1935, p. 8).

Em *Os Humoristas da Constituinte* Maria Isabel Silveira fabula completamente os diálogos e os chistes ali existentes. Reais, apenas os personagens e as características físicas de alguns deles, que servem de pretexto ao humor da autora (como a barba do deputado Alfredo Ellis Júnior, por exemplo). Quase todos os parlamentares constituintes paulistas aparecem (excetuando-se quatro deles) ao menos uma vez, bem como há diálogos de um suplente que não tomou posse, o que reitera o seu caráter ficcional. Além disso, há anacronismos, como, por exemplo, do deputado José Carlos Fairbanks, que já aparece em *Os Humoristas da Constituinte* na 4ª Sessão Ordinária, quando, no mundo real, somente tomou posse na 8ª Sessão, reforçando a tese do caráter humorístico do livro e não como reprodução de supostos fatos reais.

Os Humoristas da Constituinte têm um humor, digamos assim, ingênuo, em que os personagens, os deputados constituintes paulistas, são apresentados em boa parte da obra como uma reunião em que ressaltam comportamentos infantis:

O sr. Oscar Thompson:

Sr. Presidente! Nobres colegas! Não tenho o hábito de me queixar... é do meu feitio (Muito bem! Muito bem!), mas neste recinto, digo melhor, neste edifício, há dias, passou-se uma coisa inominável!”

(Forte atenção despertaram essas palavras. Um espanto geral se pintou em todas as fisionomias e uma apreensão nelas se desenhou).

“... Não posso deixar passar sem protesto o esbulho que me foi feito... Soube que aqui **correu** um prato cheio de bons-bocados... E a mim só coube um! E se comi esse, foi porque uma caridosa alma se lembrou de gentilmente me guardar um... Protesto energicamente! Estou habituado a comer bons-bocados de uma dúzia para cima e não me conformo com essa espoliação!” (p. 10)

Em outro momento, a autora relata as travessuras do deputado Carlos Cyrillo Júnior, que, com “as unhas cheias de batom e maldosamente ia passando nos colarinhos de alguns deputados casados, para no dia seguinte ver qual dos colegas traria a cara arranhada” (p. 11).

A autora também faz uso de trocadilhos com os

nomes dos parlamentares, como o deputado Diógenes Augusto Ribeiro de Lima, o qual se queixa de seu colega Cândido Motta Filho por ter recusado sua companhia em uma visita à Penitenciária do Estado sob o argumento de que seu “sobrenome Lima poderia acarretar a fuga de algum perigoso delinquente, caso ali permanecesse descuidadamente ao alcance de qualquer daquelas hábeis mãos” (p. 6).

Maria Isabel Silveira também faz os deputados apresentarem “inventos”, como o objeto que se assemelhava a um alfinete de gravata e que era chamado por seu criador, o deputado Cândido Motta Filho, de “enxadinha cerebral”, e que tinha a finalidade de facilitar o trabalho intelectual, fazendo com que seu “inventor” trabalhasse por quatro pessoas e “sem o menor cansaço” (p. 7). Neste quesito ainda aparece a criação do deputado Oscar Thompson para resolver o problema da cafeicultura paulista: “Plantaremos junto a cada pé de café uma forte touceira de cana, que tornará já o café temperado, e as touceiras o defenderão das geadas” (p. 45).

É claro que aqui e ali aparece um humor mais politizado, mas a autora o trata de maneira leve, muitas vezes fazendo uso de um recurso que foi

“Plantaremos junto a
cada pé de café uma forte
touceira de cana, que
tornará já o café temperado,
e as touceiras o defenderão
das geadas”

definido por Bergson como “caixa de surpresas” (imagem tomada do boneco que salta de uma caixa e que, quanto mais apertamos a mola existente em seu interior, mais ele salta e que sempre e mais nos diverte). Ela faz uso desse mecanismo, sobretudo nos vários diálogos entre o deputado fascista José Carlos Fairbanks e o deputado socialista Romeu de Campos Vergal, os quais invariavelmente polemizam, mesmo que suas falas sejam antecedidas por apelos à concórdia ou, ainda, nos incessantes apartes do deputado Fairbanks, em que utiliza o curioso jargão fascista brasileiro para se referir a São Paulo, chamando-o de Província, em vez de Estado.

A política também surge com a crítica à qualidade dos produtos alimentícios do conglomerado industrial Matarazzo em meio a mais uma disparatada sugestão, desta feita proveniente de seu marido:

O Sr. Valdomiro Silveira:

“Sr. Presidente! É indispensável, em nossa carta magna, um capítulo que se destine a trazer o mar de Santos a São Paulo. [...] Tenho uma ideia, que também pode remediar a falta do mar em São Paulo”. [...]

O sr. Fairbanks, aparteando:

“... Creio que V. Excia. quer lembrar o lago de Santo Amaro, onde poderemos salgá-lo com...”

O Sr. Pacheco e Silva, entrando noutro aparte:

“... com o sal do Sr. Matarazzo e todos os seus produtos, para que a água adquira todos os elementos da água do mar...”

O Sr. Valdomiro Silveira:

“VV. Excias. estão cheios de ideias, e deixo a VV. Excias. o prazer de expô-las...” (p. 16-17)

Mas há que se destacar um aspecto peculiar de *Os Humoristas da Constituinte*: o momento em que a autora, mesmo sob a aparente capa do humor, dá vazão à sua consciência feminina. O Parlamento paulista, pela primeira vez desde 1835, como se sabe, contou então

com a presença de parlamentares do sexo feminino, as deputadas Maria Thereza Nogueira de Azevedo e Maria Thereza Silveira de Barros Camargo, durante os trabalhos constituintes¹. Mesmo que em algumas ocasiões a presença de ambas se dê associada a blagues relativas ao chamado “mundo feminino”, é pela fala de uma delas que ocorre a única ocasião na qual em *Os Humoristas da Constituinte* se faz uma assertiva incisiva sobre o papel ocupado então pelas mulheres:

D. Maria Thereza Azevedo:

“Sr. Presidente, em duas palavras exporei o meu pensamento. Nós, mulheres, há séculos que estamos mudas oficialmente, e eu pediria aos meus nobres colegas que na Constituição se prescrevesse que fosse dilatado o prazo de uma hora, para uma semana, quando numa assembleia como esta tivéssemos que falar... Temos tantas queixas guardadas, tanto que dizer, e

garanto a V. Excia. que, apesar disso, nós sabemos, melhor que o homem, dizer o que sentimos... É só”.
(p. 12-13)

Enfim, é inegável que - por baixo dos gracejos ligeiros e sem afetação de Maria Isabel Silveira -, sobretudo por conta de seu objeto, uma Assembleia Constituinte, a política pulsasse, mas também a imaginação e os costumes daquela São Paulo dos anos 1930 ressaltam e isto se destaca em *Os Humoristas da Constituinte*, fazendo com que a sua leitura, passadas oito décadas, ainda conserve o sabor do humor de sua autora, diferentemente de outras obras, como, por exemplo, aquela que o pseudônimo manteve seu autor desconhecido até hoje, cujo humor ácido e corrosivo - e desta vez reproduzindo efetivamente o que se disse - deixa mais um traço de amargor que um sorriso (João do Sítio. *Intelectualidade e Humorismo: O Congresso Federal em 1924*. São Paulo: Cia. Graphico Editora Monteiro Lobato, 1925. 311p.).

¹ Posteriormente à Constituinte, tomou posse a suplente deputada Francisca Pereira Rodrigues (a qual, por isto, não aparece no livro).